

Glenn Brant

2 JUN 1989

## Indexar não basta

ESTADO DE SÃO PAULO

O governo acaba de aplicar novo choque à política econômica, com isso ampliando, consideravelmente, o âmbito da indexação. Um ato extremado, diante da ameaça de hiperinflação, e também necessário, embora muito arriscado. Cumpre, pelo menos, reduzir-lhe o grau de risco — muito elevado —, adotando-se emergencialmente algumas medidas já rotuladas por alguns de "pacto político", como se coubesse apenas ao Congresso atuar neste momento.

Não se nega a necessidade de profunda modificação da conduta do Legislativo com vistas ao controle da situação até que se chegue às eleições de 15 de novembro, podendo-se, porém, considerar, nesse sentido, que a formulação do chamado "pacto político" não pode esperar que se defina o nome do sucessor do presidente José Sarney. A situação é crítica e, como tal, exige soluções urgentes.

Alguns sugerem uma mudança na equipe econômica, não por decisão do presidente mas por iniciativa do Congresso, o qual, no quadro de um regime parlamentar *de facto*, escolhe-

ria um novo ministro da Fazenda, necessariamente apartidário, e também um presidente do Banco Central que seguisse uma política monetarista. Não sabemos até que ponto seriam eficazes tais mudanças, mas, pelo menos, essa proposta, partida de políticos que não pertencem à direita, tem a vantagem de mostrar que só numa política monetária austera poderão fundamentar-se quaisquer medidas que visem a impedir a hiperinflação.

Cumpriria à atual equipe levar em conta esse posicionamento de alguns membros do Congresso e aplicar, com rigor, o que pediram quando se implantou o Plano Verão: não gastar mais do que se arrecada e não emitir títulos a não ser para a rolagem da dívida e pagamento dos juros desse encargo. Da aplicação estrita dessa política — sugerida pelo próprio governo e sancionada pelo Congresso — resultaria séria crise de liquidez e conseqüente contenção das pressões inflacionistas.

Ao Legislativo pede-se a sustação dos seus arroubos de

generosidade, que, até o momento, contribuíram apenas para alimentar a fogueira da inflação. Deverão os parlamentares dar provas da evolução da sua conduta, para que se consolide o processo de democratização, podendo-se avaliá-las a partir do tratamento que dispensarem aos vetos que o presidente Sarney está opondo à lei salarial e à fixação do novo salário mínimo. Como se sabe, avoluma-se diariamente a demanda social, pelo que urge convencer os que apresentam justas reivindicações de que, nesta fase, será preferível receberem um pouco menos do que caírem numa hiperinflação, cujo custo social, num país das dimensões do Brasil, seria certamente muito superior àquele que ora é cobrado à Argentina.

Não se pode pedir apenas aos assalariados que suportem as agruras de uma luta contra a hiperinflação. Toda sociedade deve colaborar. Não sabemos se a solução se encontra num sistema de empréstimo compulsório, conforme alguns vêm preconizando. Infelizmente, qualquer elevação da carga tributária (o que, a curto prazo, é difi-

cil obter) resulta na transferência, aos consumidores finais, do novo ônus. Parece-nos que um aperfeiçoamento do sistema de arrecadação, acompanhado de grande austeridade nos gastos públicos, poderia permitir, ainda nos próximos meses, o início de uma reversão das expectativas.

É patente, hoje, a impossibilidade de redução da taxa de inflação, requerendo-se, portanto, um choque psicológico para que a Nação se convença de que taxas tão elevadas não se transformarão em catástrofe. Desde que atuem apenas os mecanismos da indexação, logo sobrevirá o agravamento da situação. Não seria difícil às empresas conceder aumentos salariais que logo recuperariam nos seus preços; ingressar-se-ia, porém, num círculo infernal imune a qualquer controle. Chegada essa fase, teríamos de aceitar a hiperinflação, da qual sempre se sai, mas ao preço de sacrifícios que impõem ao País meditar sobre a conveniência de permitir-se que os mecanismos econômicos cheguem a uma solução mecanicista que só poderia martirizar a população.